

2006
Eleições

Federal

Reportagem VUJI

Renan dá mais tempo a sanguessugas do Senado

Processo de cassação de Serys Slhessarenko, Ney Suassuna e Magno Malta só será instaurado depois das eleições

Chico de Gois

● BRASÍLIA. O Senado deu mostras ontem de que acendeu o forno para a pizza, e o presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL), pôs lenha no fogo ao dar mais tempo para a tramitação do processo contra os senadores acusados de receber propina do esquema da máfia dos sanguessugas: Serys Slhessarenko (PT-MT), Ney Suassuna (PB) e Magno Malta (PL-ES). O processo de cassação só será instaurado depois das eleições de 1º de outubro.

Até agora foi aberta investigação preliminar. O presidente do Senado usou dispositivo do regimento que permite à Mesa Diretora encaminhar denúncia ao Conselho de Ética contra suspeitos de quebra de decoro. Com isso, o Conselho constitui relatores, procura provas e encaminha à Mesa um parecer no qual opina se há indícios para abrir o processo de cassação.

"Se não houver briga eles não vão condenar ninguém"

A Mesa então se reúne e, se entender que há elementos que justifiquem a abertura de processo, devolve tudo ao Conselho para que reconhece o trabalho. Para acelerar o rito, Renan poderia mandar o Conselho abrir o processo, dando direito de defesa aos acusados, mas encurtando etapas. Foi o que pediu o relatório da CPI dos Sanguessugas, base da acusação.

O deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), membro da CPI, que semana passada chamara de quadrilha o PMDB, acusou o Senado de trabalhar contra a CPI:

— Essa manobra é lamentável. Se não houver briga eles não vão condenar ninguém e vão continuar tomando chá como se nada estivesse acontecendo.

Renan tentou se justificar:

— Isso não é tribunal de exceção — afirmou Renan, negando ter feito manobra. — Se o Conselho entender que tem elementos para representar por quebra de decoro, dirá, e a Mesa vai dar prazo de defesa, porque o processo legal manda.

Anteontem, o presidente do Conselho de Ética, João Alberto de Souza (PMDB-MA), disse que, uma vez designados os relatores, o processo contra os acusados estava instalado e eles não podiam mais renunciar. Ontem, mudou seu entendimento.

— O que está aqui é a denúncia. O relator tem de ver se há indícios. Ele pode pedir que sejam iniciados os processos ou dizer que não há sentido.

A ação de Renan irritou os senadores Demóstenes Torres (PFL-GO), vice-presidente do Conselho e relator do caso da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), e Jefferson Péres (PDT-AM), relator do processo contra Ney Suassuna (PB):

— O envio da denúncia ao Conselho e a escolha dos relatores significa o início do processo de cassação. Se não, é manobra protelatória — disse Jefferson.

— Enganaram a gente. Se for isso, vamos fazer papel de palhaços — disse Torres.

Só Sibá Machado (PT-AC), relator do caso de Magno Malta (PL-ES), defendeu Renan:

— Não teve morosidade. ■



OS DEPUTADOS COM uma faixa durante o protesto na Câmara: luta pela difícil aprovação de emenda